



Controle de autoridades na Biblioteca Nacional do Brasil: breve histórico e práticas atuais

Luciana Grings

Resumo: Apresenta o conceito de autoridade e seu histórico no âmbito da Biblioteconomia. Coloca a importância do controle de autoridades para a confecção de um registro bibliográfico. Discorre sobre a história do controle de autoridades na Biblioteca Nacional do Brasil, desde os primórdios até os procedimentos atuais, que são descritos.

Palavras-chave: Controle de autoridades. Biblioteca Nacional (Brasil). Pontos de acesso. Recuperação da informação.

1 INTRODUÇÃO

É notável o protagonismo da atividade de catalogar na prática biblioteconômica. Desde a criação das bibliotecas, a organização das coleções passou pela descrição tópica e sumária de suas obras, com o objetivo de facilitar ao usuário a busca do que lhe interessa dentro do universo de informação disponível. O desenvolvimento e as tecnologias foram transformando a prática, sistematizando os itens da descrição e os conteúdos, mas a necessidade de catalogar não muda: sendo um livro físico ou uma foto digital, é preciso fornecer, no moderno jargão da área, os metadados precisos para auxiliar na identificação do material.

Em síntese, pode-se dizer que a catalogação consiste num conjunto organizado de informações que representa um documento. De acordo com Mey e Silveira (2009, p. 7), a catalogação pode ser definida como

O estudo, preparação e organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a interseção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários.

Ou seja, a catalogação cumpre rigorosamente a missão de facilitar a interlocução do documento com o seu potencial usuário. A definição acima está perfeitamente alinhada com as novas necessidades do mercado informacional, fortemente



influenciado pela informatização massiva trazida pela implantação do conceito de Ciência da Informação, e seus eventuais desdobramentos – principalmente as bases de dados, de acesso público e em linha, e as facilidades de compartilhamento de dados através das redes. No que tange à teoria da catalogação, os reflexos da era digital começaram a ser sentidos na segunda metade do século XX, culminando com o esforço de revisão das funções desempenhadas pelos registros bibliográficos que ocorreu no Seminário sobre Registros Bibliográficos de Estocolmo de 1990, promovido pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecas (IFLA). Na ocasião, o grupo iniciou os estudos que fundamentaram os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBRs), uma mudança de paradigma na descrição bibliográfica. A partir deste documento, a catalogação passou a ser entendida não só como a descrição bibliográfica de um item, mas também como o registro dos elementos “organizativos”, aqueles gerados por outros processos que não a representação descritiva – por exemplo, a classificação e indexação.

Ainda segundo Mey e Silveira (2009), podemos dizer que um registro bibliográfico é composto de descrição bibliográfica, pontos de acesso e dados de localização. A descrição bibliográfica é responsável por extrair as informações que caracterizem e individualizem o documento, enquanto os pontos de acesso têm como responsabilidade estabelecer e padronizar as informações pelas quais os usuários poderão acessar a representação do documento no catálogo, como por exemplo, autorias, títulos e assuntos. Já os dados de localização determinam as informações que permitem a localização de um item no acervo.

A principal mudança que os FRBRs trouxeram foi a aproximação conceitual da atividade de catalogar, tipicamente bibliotecária, com um modelo já bastante comum na área de tecnologia da informação: o modelo entidade-relacionamento. Segundo Le Boeuf (2007), o modelo FRBR

define um número de classes gerais (“entidades”) de coisas que são julgadas relevantes no contexto específico de um catálogo de biblioteca, seguidas de características (“atributos”) que pertencem a cada uma dessas classes gerais, e os relacionamentos que podem existir entre instâncias dessas várias classes.



A partir da implantação deste modelo na descrição bibliográfica, rapidamente verificou-se a necessidade de estendê-lo aos outros elementos do processo de catalogação, em particular aos pontos de acesso. Para tanto, um grupo de trabalho foi criado pela IFLA em 1999 e incumbido de desenvolver os Requisitos Funcionais para Registros de Autoridade (FRAD), que sucederiam as instruções do Código de Catalogação Anglo-Americano, 2. ed. (AACR2), para escolha e forma de “cabeçalhos de pessoas, entidades e nomes geográficos, títulos uniformes e remissivas” (CÓDIGO, 1985, p. vii). Posteriormente, em 2005, também as necessidades de inclusão da representação temática no modelo foram contempladas com a criação de um grupo de estudos específicos para o desenvolvimento dos Requisitos Funcionais para Registros de Autoridades de Assuntos (FRSAD).

Em 2009 ocorreu o lançamento das regras de catalogação que substituiriam o AACR2, as RDA (Descrição e Acesso de Recursos). A ferramenta tem sido amplamente criticada por diversos setores da comunidade bibliotecária em âmbito mundial, por conta de sua difícil redação e pela extensão do trabalho, ainda inconcluso. A título de inovação, as regras estão disponíveis para consulta online mediante assinatura do serviço. Apesar de informar que a regra atende aos requisitos estabelecidos pelos FRBRs, a equivalência com as instruções do AACR2 é tanta que a própria ferramenta traz a comparação entre a regra proposta e a antiga, evoluindo principalmente no instrumental para a descrição de materiais digitais, de evolução tecnológica posterior à redação do antigo código. Por enquanto, a parte do RDA que trata do estabelecimento de pontos de acesso ainda é algo muito recente e restrito: o código não instrui sobre o estabelecimento de cabeçalhos de assunto (o chamado grupo 3 das entidades dos FRBRs, equivalente às FRSAD), e as instruções para estabelecer autoridades de nomes só foi concluída recentemente.

Ainda não há uma posição concreta sobre a implantação do RDA na América Latina e em muitos países europeus, principalmente porque vários deles adotam regras baseadas nas ISBDs (Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada), que não serão contempladas no RDA. Atualmente, somente bibliotecas dos Estados Unidos, Canadá, Cingapura, Reino Unido, Malásia, Austrália e Filipinas já implantaram as novas



regras. Entre 2014 e 2015, cinco bibliotecas nacionais estavam em processo de implantação do RDA, ou apresentaram proposta para tanto (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2010-). Numa instituição brasileira como a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), a adoção de uma nova rotina de processamento técnico como esta exigiria um grande esforço de estudo e avaliação, ainda sem perspectiva de ocorrer diante do reduzido quadro de profissionais catalogadores. Antes de olhar para o futuro, entretanto, vamos percorrer o caminho passado para entendermos melhor como se formou o maior banco de dados de autoridades das bibliotecas brasileiras.

2 UM INÍCIO PARA O CONTROLE DE AUTORIDADES

Uma das hipóteses que se pode delinear para o histórico do controle de autoridades, prática tão comum na Biblioteconomia atual, remonta à necessidade de dicionarização sentida na Espanha do século XVIII, durante o reinado de Felipe V, o primeiro monarca espanhol da dinastia Bourbon – a mesma que, duas gerações depois, viria a refugiar-se no Brasil fugindo de Napoleão e trazendo consigo o embrião de nossa Biblioteca Nacional (BN). Fundada em Madri em 1713 e aprovada pelo rei em 1714, a Real Academia Espanhola teve como missão primeira atuar como guardião da língua espanhola (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 2015). Para cumprir esta tarefa, nada mais natural do que a elaboração de um dicionário, e com a maior brevidade possível – mas não qualquer dicionário; era necessário editar uma obra que estabelecesse um modelo linguístico, que determinasse padrões para a língua castelhana, que melhorasse a obra que Sebastián de Covarrubias havia iniciado com seu “Tesoro de la lengua castellana” em 1611 (DICCIONARIO, 2014).

O primeiro dicionário impresso pela Real Academia não foi, portanto, um dicionário “comum”. A obra intitulada “Diccionario de la lengua castellana, en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las phrases o modos de hablar, los proverbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua” foi publicada em seis tomos entre 1726 e 1739, e ficou conhecida como o “Diccionario de autoridades”. Com este termo, a Real Academia Espanhola designava o dicionário que

listava as palavras utilizadas pelos autores considerados *autoridades da língua* para seus trabalhos, com trechos das obras exemplificando o uso de cada verbete:

Este dicionário é conhecido como “de autoridades” por ter em seus artigos citações de autores que exemplificam ou corroboram a definição dada com o objetivo de autorizar o uso dos vocábulos e representar o “bom falar e escrever”; tal como se indica, respeitando a grafia e acentuação originais [...] Entre os autores utilizados como autoridades da língua se incluem os mais egrégios representantes da literatura em castelhano...” (DICCIONARIO, 2014, tradução nossa).

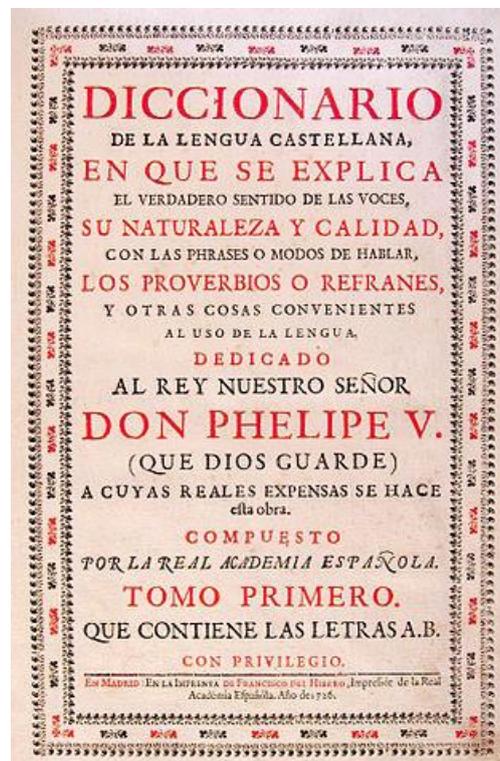


Figura 1 – Folha de rosto da primeira edição do “Dicionário de Autoridades”, tomo 1, 1726

A construção dos verbetes já trazia uma estrutura bem definida, apresentando, em ordem, uma caracterização gramatical do verbete, a classe da palavra, a definição, a informação etimológica da palavra e o exemplo da autoridade que justifica ou explica o seu uso. Percebe-se aí um embrião do que viria a ser um registro de autoridade nos dias atuais, além da já evidente preconização dos posteriores dicionários da língua – um dos quais, descendente direto do Dicionário de Autoridades, é o Dicionário



da Língua Espanhola, principal publicação da Real Academia e que se encontra atualmente na 22ª edição, disponível também para consulta online. O lançamento da 23ª edição está previsto para o final de 2014.

3 CONTROLE DE AUTORIDADES NO BRASIL

O controle de autoridades é uma das atividades indispensáveis para o sucesso do controle bibliográfico, um dos objetivos máximos da Biblioteconomia em nível mundial. É através do controle de autoridades, em geral exercido pelo Centro Bibliográfico Nacional de cada país, que os registros bibliográficos tornam-se mais confiáveis. Além disso, a centralização do controle de autoridades permite o intercâmbio de dados, economizando recursos das bibliotecas integrantes do sistema tradicionalmente encabeçado por aquele Centro. É comum que o Centro Bibliográfico Nacional confunda-se com a Biblioteca Nacional de cada país, mas não necessariamente a Biblioteca ocupa-se daquela tarefa. No caso dos Estados Unidos, por exemplo, é a Biblioteca do Congresso (Library of Congress - LC) que se encarrega do controle das autoridades utilizadas nas bibliotecas americanas, e baseia o controle de várias outras bibliotecas ao redor do mundo; por exemplo, a do Brasil.

Dos pioneiros da pesquisa e elaboração de autoridades na Biblioteca Nacional do Brasil, talvez o mais importante seja Alfredo do Valle Cabral, que ingressou na seção de Manuscritos da instituição em 1873 e que foi o responsável pela sistematização dos catálogos daquela seção, inaugurando a construção de catálogos na Casa. Esta tarefa estava em plena conformidade com a visão do então diretor da Biblioteca, Ramiz Galvão, que pregava que os catálogos eram “antes de tudo instrumentos de pesquisa e mais instrumentos de pesquisa do que obras científicas propriamente ditas” (RODRIGUES, 1954, p. 11). Apesar dos esforços de Valle Cabral serem voltados para a composição de um catálogo integral e primeiramente organizado, Rodrigues (1954, p. 34) ainda salienta que é notável seu esforço em recheiar o seu trabalho com uma minuciosa pesquisa bibliográfica e biobibliográfica, “as relações anotadas das



fontes primordiais e a crítica histórica”, inaugurando as notas tão pertinentes à construção dos registros de autoridades.

A necessidade da aplicação de uniformidade nas fichas de um catálogo na Biblioteca Nacional foi percebida e registrada no início do século XX, quando o então diretor interino da Biblioteca, Basílio de Magalhães, anotou em seu Relatório ao Ministro que delegou a um funcionário a tarefa de redigir “um conjunto de regras destinadas a coibir a deplorável balbúrdia de que até agora se ressentia o lançamento dos nomes de autores nas fichas de catálogo” (MAGALHÃES, 1925, p. 292). Manoel Cícero Peregrino da Silva, seu sucessor, relatou ao Ministro que a nova catalogação empreendida na Biblioteca proporcionaria um catálogo “uniforme e expurgado dos defeitos adquiridos pelos antigos”, tanto de autores quanto de assuntos. É natural que ele, na qualidade de Diretor da Biblioteca e responsável pela inauguração do Curso de Biblioteconomia da instituição, se preocupasse com a qualidade e uniformidade do serviço aqui executado. Notou ele que, no esforço da chamada “nova catalogação”, era necessário substituir as fichas que continham erros e produzir novas, corrigindo a “falta de uniformidade das fichas do antigo catálogo, quanto aos nomes de autores e outras palavras de ordem [...]” (SILVA, 1925, p. 311).

Com a adoção do Código da American Library Association (ALA) para tratamento da informação na Biblioteca Nacional em 1945, foram criados os catálogos de autoridades de nomes, para auxiliar na uniformização dos pontos de entrada de autores pessoais e coletivos. Também passou-se a seguir o modelo da lista de cabeçalhos de assunto da Library of Congress para estruturar um instrumento de consulta interno, que facilitasse e guiasse o trabalho da equipe de bibliotecários. Para a adoção correta destes novos processos técnicos, a Biblioteca Nacional contou com a consultoria de três técnicos da ALA e da Fundação Rockefeller (BETTENCOURT, 2011). Até então, a catalogação não era uniforme e a consulta, difícil, uma vez que não havia padrão para a entrada dos pontos de acesso. Este catálogo manteve-se para uso interno até a década de 90, quando finalmente foi digitado e incorporado às bases de dados em uso na Biblioteca, já em formato Marc.

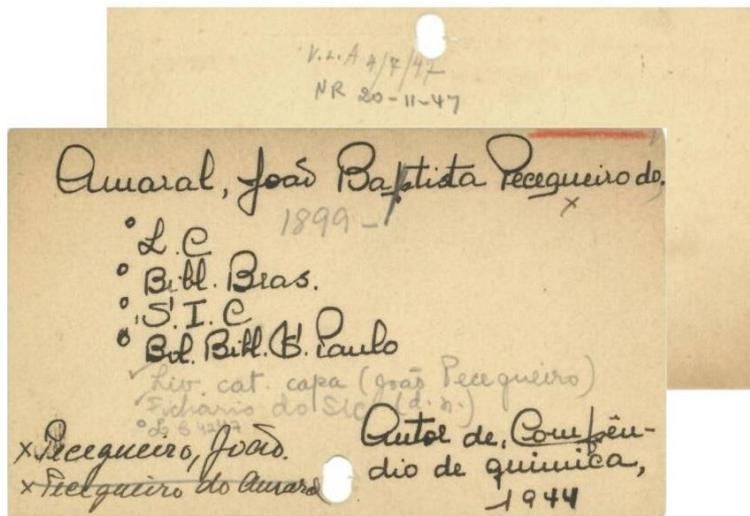


Figura 2 – Ficha de autoridade de nome da Biblioteca Nacional, década de 1940

Nota: No verso, junto à chanfradura, as iniciais dos catalogadores com a data das alterações (a última, 20 de novembro de 1947). O risco vermelho a lápis no canto superior direito foi feito na década de 1990 e indicava que a ficha já havia sido incluída na base de dados.

No final da década de 70, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) já vinha trabalhando no projeto Bibliodata, que inicialmente visava a automação de suas bibliotecas utilizando o formato Calco, padrão para automação de bibliotecas brasileiras. Entretanto, o apoio e o interesse de diversas outras instituições na implantação do formato acabaram gerando uma grande rede de cooperação, a Rede Bibliodata/Calco, implantada e gerenciada pela própria FGV. A Biblioteca Nacional aderiu oficialmente à Rede Bibliodata em 1982, ano em que adotou o AACR2 como padrão de descrição bibliográfica em conjunto com as demais bibliotecas cooperantes. Foi o impulso necessário para a Biblioteca Nacional incorporar mais uma de suas tarefas como biblioteca nacional e passar a atuar como referência também em cabeçalhos de assunto.

Antes disso, em 1976, a bibliotecária da Universidade de São Paulo Maria Luiza Monteiro da Cunha presidiu o Comitê Brasileiro de Processos Técnicos que



Artigos

aprovou as regras brasileiras para estabelecimento de autoridades em português brasileiro (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1977). Naquele momento, os trabalhos concentraram-se na aplicação das regras da primeira edição do Código de Catalogação Anglo-Americano, já que a segunda edição do Código viria a ser editada somente em 1978. As regras para nomes em língua portuguesa relativas ao AACR2 foram aprovadas nas Reuniões de Normalização de Processos Técnicos de 1983 e 1984, das quais a Biblioteca Nacional foi entidade promotora e coordenadora. Posteriormente, as regras foram revistas em diferentes instâncias, como na antiga Comissão de Estudo de Catalogação-na-Publicação do CB-14 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e em grupos de estudo estaduais (CATÁLOGO, 1990).

Em 1982, ano em que ingressou na Rede Bibliodata/Calco, a Biblioteca Nacional implantou o projeto CAU – Cabeçalho de Assunto Unificado (GRINGS, 2011). A BN iniciou então o desenvolvimento de sua própria lista de cabeçalhos de assunto autorizados, baseada na Library of Congress Subject Headings (Cabeçalhos de Assunto da Biblioteca do Congresso). O uso desta lista foi sistematizado não só em âmbito interno como para utilização pelas bibliotecas participantes da Rede Bibliodata, mantendo-se os cabeçalhos originais e gerando, assim, um vocabulário bilíngue. Em 1990, a lista foi convertida para uma base de dados em formato MicroISIS, e, em 1997, a base foi migrada para o formato Marc.

Em 1994, a mudança de software operacional da FGV causou uma interrupção nos serviços às demais bibliotecas, o que forçou a Biblioteca Nacional a estudar outras opções de automação que lhe dessem mais autonomia. A escolha recaiu sobre o software OrtoDocs, compatível com o formato Marc e que integrava todas as etapas do processamento técnico. A migração do Calco para o Marc deu-se em 1997, inicialmente usando-se o formato USMarc. Os catálogos de autoridades e assuntos, à época contendo quase 12 mil entradas de assuntos e 26 mil registros de autoridades pessoais, foram sendo incorporados ao novo formato no ano seguinte. Com a migração para o sistema InterDocs, versão do OrtoDocs baseada na web, a Biblioteca Nacional pôde disponibilizar seus catálogos na Internet em 1999 – logo após o lançamento de seu



website, ocorrido em meados de 1998 (GRINGS, 2011). Na época, as bases de autoridades e terminologia não foram disponibilizadas no novo portal. Somente com a estabilização da plataforma, ocorrida algum tempo depois, é que os catálogos de autoridades foram disponibilizados publicamente.

4 PROCEDIMENTOS ATUAIS NA BIBLIOTECA NACIONAL

Atualmente o controle de autoridades de nomes na Biblioteca Nacional (BN) é realizado por duas equipes: pelo Setor de Catalogação, criado em 2001, época em que os procedimentos do setor eram outros e este nome justificava a continuidade do processo descritivo das obras, e pelo Núcleo de Terminologia. Enquanto o objetivo do trabalho do Setor de Catalogação é a padronização dos nomes pessoais, entidades coletivas, eventos e títulos uniformes, que são indispensáveis para recuperação das informações nas bases de dados, o Núcleo de Terminologia encarrega-se de “evitar a multiplicação de cabeçalhos para os mesmos assuntos, subdivisões e nomes geográficos que dificultam, prejudicam e impedem o desenvolvimento de uma pesquisa de boa qualidade” (OLIVEIRA; SILVA, 2006, p. 4).

Os catálogos de autoridades e de terminologia estavam disponíveis como bases de dados independentes no portal da BN até novembro de 2013, quando, com a migração dos bancos de dados bibliográficos para o software Sophia, fornecido pela Prima Informática, tornaram-se tabelas disponíveis para consulta numa busca só. A aba “Autoridades”, na página de busca dos catálogos da Biblioteca, contém as entradas padronizadas para nomes pessoais, entidades coletivas, eventos, títulos uniformes, termos tópicos e subdivisões utilizadas para catalogação e indexação das obras que compõem o Catálogo da Biblioteca Nacional, disponíveis para visualização em formato fichas e em formato Marc. Atualmente, estimamos que as bases de dados tenham cerca de 42 mil registros de terminologia e quase 280 mil de autoridades.



FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Home Pesquisa Autoridades Minha seleção Ajuda

Busca por autoridades: Qualquer acervo

Qualquer Iniciado com "biblioteca nacional" Buscar Limpar

89 registros encontrados - 9 Páginas

#	Descrição	Tipo	Pesquisar
1	(Cadernos da Biblioteca Nacional)	Título uniforme	
2	Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia	Instituição	
3	Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea	Instituição	
4	Associação dos Servidores da Fundação Biblioteca Nacional	Instituição	
5	Biblioteca clássica (Fundação Biblioteca Nacional)	Título uniforme	
6	Biblioteca Demonstrativa de Brasília	Instituição	
7	Biblioteca Euclides da Cunha	Instituição	
8	Biblioteca Leonel de Moura Brizola	Instituição	
9	Biblioteca Nacional (Argentina)	Instituição	
10	Biblioteca Nacional (Brasil)	Instituição	

89 registros encontrados - 9 Páginas

Desenvolvido por Prima

SophiA

Figura 2 – Resultado da busca pelo termo exato “biblioteca nacional” no catálogo de autoridades online

Nota: A busca ignora letras maiúsculas e minúsculas.

O catálogo de terminologia, em grande parte baseado no catálogo de assuntos da Library of Congress (Library of Congress Subject Headings - LCSH), foi alimentado em fichário físico até 2006; contém conceitos, ou termos tópicos (p. ex. “Agricultura”), cabeçalhos frase (p. ex. “Abastecimento de água na agricultura”) e conceitos seguidos de explicação entre parênteses (p. ex. “Terra (planeta)”). Para elaborar os cabeçalhos, o especialista recebe a sugestão do bibliotecário classificador, que já faz pesquisa prévia no LCSH para embasar a solicitação de abertura de termo novo. A criação de um novo cabeçalho deve levar em consideração a sinonímia do termo, os conceitos genéricos e específicos relacionados, bem como os conceitos equivalentes relacionados ao termo. Os topônimos também são tratados no Núcleo de Terminologia e incluem nomes de países, regiões, cidades etc.; bairros, ruas, praças etc.; monumentos, parques, portos e acidentes geográficos, como oceanos, rios, vales e montes.

Existem no catálogo também subdivisões, que servem para complementar os cabeçalhos na medida em que incluem facetas na descrição. As subdivisões podem ser de natureza geral, geográficas, cronológicas e de gênero/forma. Para incluir subdivisões, o Núcleo de Terminologia segue as instruções da Library of Congress e trabalha com dois



Artigos

tipos: as subdivisões livres (free-floating), que podem ser usadas como facetas de quase todos os cabeçalhos de assunto; e as subdivisões controladas por um padrão (pattern headings), que só são atribuídas a conceitos de um mesmo tipo (p. ex. Anomalias, que só pode ser usada para animais, órgãos e regiões do corpo e plantas e grãos). Estão disponíveis também no catálogo de terminologia todos os termos relativos a línguas e tribos indígenas brasileiras.

Em virtude da integração do catálogo da BN com o da Rede Bibliodata no início da década de 80, as regras para padronização de entradas de autoridades foram definidas àquela época pelas equipes de catalogadores e ainda permanecem até hoje sendo utilizadas pela Seção de Catalogação, o que permite a manutenção do intercâmbio de dados entre todas as instituições. No catálogo de autoridades estão disponíveis os pontos de acesso principais, secundários ou de série das obras, o que inclui nomes pessoais, de entidades coletivas (instituições), eventos, jurisdições, combinações de nomes e títulos de obras e títulos uniformes – aqueles títulos usados para designar uma obra que aparece sob vários títulos diferentes, como, por exemplo, a Bíblia. Existe também uma lista de cabeçalhos considerados ambíguos, cuja aplicação não se pôde definir como mais correta como termo tópico ou como autoridade; exemplos disso são castelos, personagens fictícios, sepulturas.

Para padronização das entradas do catálogo de autoridades são utilizadas as regras estabelecidas pelo AACR2, em sua maioria existentes no apêndice de regras para entrada de nomes em língua portuguesa, e exemplos extraídos do catálogo da Library of Congress. As decisões dos grupos foram as seguintes:

- Para nomes portugueses e brasileiros, a forma preferida é aquela mais frequente nas obras do autor. Caso não seja possível determinar a forma mais frequente, adota-se a forma mais recente ou, em último caso, a forma que consta nas fontes de referência;

- Se o nome do autor aparecer de formas diferentes em livros e em periódicos, dá-se preferência à forma constante no livro, exceto se a primeira aparição do nome for em um periódico.



Quanto à grafia dos nomes, adota-se a grafia encontrada na fonte principal de informação da obra (em geral, a página de rosto); dá-se preferência à grafia do nome na forma ortográfica mais recente. Existe também uma norma específica para os nomes que indicam grau de parentesco, mas são tidos como “de família”, caso de Netto, Filho, Sobrinho, Irmão: estes são tratados sempre como grau de parentesco e constituem, portanto, uma entrada composta.

No tratamento de pseudônimos, seguem-se as regras do apêndice brasileiro do AACR2: se o pseudônimo for o nome predominante na obra do autor, escolhê-la como entrada autorizada, fazendo as remissivas das formas não adotadas; se não há nome predominante, usam-se ambos, conforme a obra que está sendo descrita – neste caso, cada nome produzirá uma autoridade, com remissivas ver também para as demais formas autorizadas.

Para nomes estrangeiros, adota-se primeiramente a forma utilizada pela Library of Congress (LC); como segundo critério, usa-se a frequência da utilização do nome; por último, adota-se a forma mais recente de utilização. No caso particular de nomes russos e em caracteres cirílicos, apresenta-se como na LC, grafando como em fontes de referência brasileiras, ou, por último, como estiver na própria obra, se esta estiver editada em português. Para pseudônimos estrangeiros, a Biblioteca Nacional também adota a forma usada pela LC.

No que tange às entidades coletivas, não vamos nos debruçar aqui sobre as regras para entidades governamentais, que são casos bastante particulares. Trataremos apenas de esclarecer que as siglas usadas como formas autorizadas contrariam as normas gramaticais do português e são grafadas todas em caixa alta, independentemente de sua leitura. Quanto à grafia, adotamos a forma mais recente do nome da entidade, se ela assim o fizer. Entidades estrangeiras, como regra geral, têm o nome traduzido para o português de acordo com as principais fontes de referência consultadas. As entradas das entidades ibero-americanas são feitas em espanhol; já as entradas das entidades grafadas em alfabetos não-latinos são feitas em inglês, conforme as regras do AACR2.



Existem também regras para a atribuição de remissivas. Como regra geral, atribui-se remissivas ver para nomes espanhóis, sobrenomes ligados por hífen e pessoas identificadas somente pelo sobrenome. Por exemplo: haverá uma remissiva ver de Albavera, Fernando Sanchez, para a entrada autorizada Sanchez Albavera, Fernando; do mesmo modo, teremos uma remissiva ver de Lobos, Heitor Villa para a forma autorizada Villa-Lobos, Heitor; o mesmo se aplica para Machado de Assis, ou Joaquim Maria Machado de Assis, que remeterão para a forma autorizada Assis, Machado de. Nos exemplos já citados e nos que estão por vir, para fins de clareza no texto, eliminamos as datas incluídas nas autoridades.

Também usam-se remissivas ver para entradas pelo prenome do autor, nos casos em que o autor é conhecido pelo prenome com iniciais, para entradas pelo sobrenome com prefixos, para pseudônimos e para sobrenomes múltiplos. Por exemplo, a entrada autorizada para o autor Cassiano Ricardo é Ricardo, Cassiano, e daquela forma não autorizada teremos uma remissiva. No caso do escritor J. G. de Araújo Jorge, inclui-se na forma autorizada o nome completo entre parênteses (Jorge Guilherme) e faz-se remissivas das outras possibilidades de pesquisa pelo sobrenome. Como exemplo de sobrenome com prefixo, temos o caso de Antonio D'Elia, cuja entrada autorizada será D'Elia, Antonio, com remissiva ver vindo de Elia, Antonio d'. Para exemplificar os pseudônimos, podemos usar o caso de Alceu Amoroso Lima, cuja entrada autorizada é Lima, Alceu Amoroso, havendo uma remissiva ver vindo de Athayde, Tristão de. Por último, para citarmos um exemplo de sobrenome múltiplo, temos o autor José Lins do Rego, cuja forma autorizada do nome é Rego, José Lins do, mas para ela há remissivas ver vindas de Cavalcanti, José Lins do Rego e Lins do Rego, José, entre outras.

5 CONCLUSÕES

Como podemos ver, o controle de autoridades é uma ferramenta que se tornou essencial para facilitar o trabalho e poupar o tempo do pesquisador, unificando todas as formas de pesquisar um assunto, escolhido com base em critérios objetivos e bem fundamentados. Percebemos que os critérios para determinação das autoridades



poderiam ser revisados, principalmente aqueles aplicados para a escolha de autoridades estrangeiras, que por vezes podem levar à criação de uma autoridade pouco representativa diante da rapidez com que as informações circulam no âmbito das redes virtuais. O objetivo deste artigo não era outro senão o de iluminar o passado e o presente desta tarefa tão importante na Biblioteconomia, o controle de autoridades, demonstrando que, mesmo com as tecnologias que facilitaram a tarefa de manter os vocabulários de autoridades corretos e atualizados, o cuidado e a técnica do olhar profissional não podem ser substituídos.

Authority Control at the National Library of Brazil: brief history and current practices

Abstract: Introduces the concept of authority and its history in Library Science. Raises the importance of authority control for making a bibliographic record. Discusses the history of authority control at the National Library of Brazil, from the beginnings to current practices, which are described.

Keywords: Authority control. National Library (Brazil). Headings. Information retrieval.

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Who's Cataloging in RDA. In: **RDA Toolkit: resource description & access. c2010-**. Disponível em: <http://www.rdatoolkit.org/RDA_institutions>. Acesso em: 13 ago. 2015.

BETTENCOURT, Angela Monteiro. **A representação da informação na Biblioteca Nacional do Brasil: do documento tradicional ao digital.** Rio de Janeiro, 2011. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, convênio Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2011.

CATÁLOGO de Autoridade: normas adotadas pela Rede Bibliodata/Calco. Rio de Janeiro: FGV/Biblioteca Central, 1990. Versão preliminar.

CÓDIGO de Catalogação Anglo-Americano. 2. ed. São Paulo: FEBAB, 1985. v. 2.

DICCIONARIO de Autoridades. In: WIKIPEDIA, la enciclopedia libre. Disponível em: <http://es.wikipedia.org/wiki/Diccionario_de_autoridades>. Acesso em: 25 jan. 2014.



Artigos

GRINGS, Luciana. Catalogação na Biblioteca Nacional do Brasil: do catálogo de fichas ao Consórcio Eletrônico de Bibliotecas. In: ENCUESTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 7, 2011, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires, 2011. Disponível em: <<http://www.bn.gov.ar/descargas/catalogadores/encuentro2011/ponencia-23-F-Grings.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2014.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. International Office for UBC. **Names of persons: national usages for entry in catalogues.** 3rd. ed. London, 1977.

LE BOEUF, Patrick. **O admirável mundo novo do FRBR.** 2007. Disponível em: <[http://www.imeicc5.com/download/portuguese/Presentations2c_BraveNewFRBRWorld\(PR\)_Port.pdf](http://www.imeicc5.com/download/portuguese/Presentations2c_BraveNewFRBRWorld(PR)_Port.pdf)>. Acesso em 31 jan. 2013. Versão 5.

MAGALHÃES, Basílio de. Relatório [da Diretoria em 1918]. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 41-42, p. 272-303, 1925.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catalogação no plural.** Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

OLIVEIRA, Ella Gabriela de; SILVA, Alexandra Werneck da (Colab.). **Manual de desempenho para elaboração de cabeçalhos de assuntos, subdivisões e topônimos do Núcleo de Controle de Terminologia.** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Centro de Processos Técnicos, 2006.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Orígenes.** Madrid, 2015. Disponível em: <<http://www.rae.es/la-institucion/historia/origenes>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

RODRIGUES, José Honório. Alfredo do Valle Cabral 1851-1894. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 73, p. 9-38, 1954.

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. Relatório [da Diretoria de 1919]. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 41-42, p. 306-331, 1925.

Informações da autora

Luciana Grings

Bibliotecária, Mestre e Doutoranda em Memória Social (Unirio),
Coordenadora de Serviços Bibliográficos da Fundação Biblioteca Nacional
Email: lugrings@gmail.com



Artigo recebido em 04.02.2015 e aceito para publicação em 30.09.2015.